

Câmara Municipal de São Paulo

283

PROJETO DE LEI Nº /91

Denomina ANA ROSA KUCINSKI SILVA a Rua nº 107, no Jd.Toka, na Administração Regional da Cápela do Socorro.

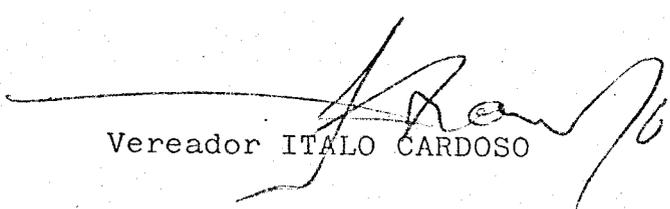
A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DECRETA:

Art.1º - Fica denominada Rua Ana Rosa Kucinski Silva a Rua nº 107, que começa na Rua nº 101 e termina na Rua nº 102, localizada no Jardim Toka, na Administração Regional da Cápela do Socorro.

Art.2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art.3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,


Vereador ITALO CARDOSO

Anexo: Biografia, Justificativa e Croquis do local.

ANA ROSA KUCINSKI SILVA era militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e professora universitária no Instituto de Química da Universidade de S. Paulo. Era bacharel em Química e doutora em Filosofia.

"Desapareceu" no dia 22 de abril de 1974 quando ia ao encontro de seu companheiro Wilson Silva, bacharel em Física, na Praça da República.

Embora a sua família tenha buscado informações junto a hospitais, necrotérios e autoridades, inclusive com intermediação de diplomatas e religiosos estrangeiros, a ditadura negou informações concretas, não restando nenhuma dúvida aos familiares ^{de} que Ana Rosa foi morta pela repressão.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be the initials 'JSA' or similar, located at the bottom right of the page.

Câmara Municipal de São Paulo

JUSTIFICATIVA

A ditadura militar, instalada no Brasil em 1964, buscou atingir os setores mais organizados da sociedade a fim de garantir a sua soberania ilegítima, calando a voz daqueles que se opunham ao regime. Para fazer cumprir a sua febre ditatorial, não hesitou em perseguir, prender, torturar, assassinar e exilar uma grande quantidade de brasileiros e brasileiras indigestos ao sistema.

Para satisfazer a imprensa consentida da época e confundir a opinião pública dentro e fora do país, centenas de "suicídios" e "enforcamentos" foram montados pelos aparelhos repressores que procuravam isentar-se das torturas e mortes ocorridas com sindicalistas, estudantes, religiosos, jornalistas, políticos e militares contrários ao novo regime. Os corpos de muitos presos políticos foram enterrados em lugares ou valas clandestinas, sob nomes falsos na condição de indigentes para não mais serem identificados pelos familiares.

Embora houvesse testemunhas das prisões, torturas e mortes ocorridas no período de 1964 a 1979, o governo militar jamais admitiu-as publicamente em sua grande maioria; daí, a relação de 144 "desaparecidos" políticos que, por razões óbvias, não possuem atestado ou comprovação oficial de óbito, como é o caso de ANA ROSA KUCINSKI SILVA.

É preciso esclarecer a população e resgatar a memória desses companheiros e companheiras e o mínimo de justiça que se espera é que as suas lutas sejam corretamente avaliadas sob a ótica de que com a sua coragem e determinação queriam construir um Brasil mais justo e humano para a sociedade e que sua História não se perca na poeira dos arquivos da ditadura.

Confiando na sensibilidade dos Senhores Vereadores, acreditamos na aprovação deste Projeto de Lei.

